



Assembleias no IPT e na Amazul reuniram centenas de trabalhadores



SINTPq trava batalhas judiciais para garantir correção salarial na categoria

Dissídios Coletivos e disputas nos tribunais garantiram recomposição inflacionária no IPT e na Amazul

Ao contrário do que muitos profissionais acreditam, não existe nenhuma obrigação legal das empresas corrigirem seus salários. Por isso, as campanhas salariais anuais são fundamentais para a garantia do poder de compra dos trabalhadores.

Apesar do frequente trabalho do SINTPq nessas campanhas, nem sempre a via negocial é suficiente para garantir a recomposição salarial. Quando isso acontece, o sindicato precisa recorrer às greves e ações judiciais. Como exemplo, é possível citar a recente disputa travada no IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

Em junho, os trabalhadores aprovaram proposta de recomposição salarial conforme o IPC-FIPE (4,77%) apresentada pelo IPT. Entretanto, o reajuste não foi implementado devido a um recente decreto do governo João Doria, no qual determina-se que todos os acordos e convenções das empresas públicas sejam verificados.

Para pôr fim ao desrespeito do governo estadual, sindicato e trabalhadores iniciaram um Dissídio Coletivo de Greve. Após ações do SINTPq, juntamente com seu jurídico, a Justiça do Trabalho concedeu Tutela de Urgência definindo a aplicação do reajuste salarial aos profissionais do IPT. Os valores foram pagos no dia 25/10.

Na Amazul, também foi necessário recorrer ao Dissídio Coletivo de Greve para garantir a recomposição inflacionária de 2018. Após greve em março do ano passado, o processo passou pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e TST (Tribunal Superior do Trabalho). Em setembro deste ano, o TST concluiu o julgamento e determinou a recomposição inflacionária nos salários.



Trabalhadores que rejeitam negociação coletiva seguem sem campanha salarial

Neste ano, o sindicato iniciou todas as campanhas salariais debatendo a representação coletiva e o financiamento da mesma. Em praticamente todas as empresas da base, os trabalhadores compreenderam a importância do trabalho sindical e aceitaram contribuir. Entretanto, em quatro empresas não houve esse reconhecimento.

O SINTPq não considera justo utilizar recursos dos trabalhadores que contribuem com o sindicato para garantir o atendimento e a representação em empresas cujos profissionais não desejam colaborar. Portanto, nesses locais, as campanhas salariais serão iniciadas somente após a resolução dessa importante questão.

Trabalhador que contribuiu por 20 anos vai perder mais de 30% da aposentadoria

Antes da reforma da Previdência, um trabalhador que conseguiu contribuir com o INSS por 20 anos (tempo mínimo) e está a poucos meses de se aposentar por idade, aos 65 anos, receberia 90% dos 80% maiores salários de contribuição. Com a reforma vai receber apenas 60% da média geral. Ou seja, se ele ia se aposentar com R\$ 2.000,00 vai receber, no máximo, R\$ 1.400,00.

A diferença de R\$ 600,00 é maior do que o custo hoje de uma cesta básica em São Paulo, calculada pelo Dieese em R\$ 473,85 por pessoa – o equivalente a 51,6% do valor do salário mínimo (R\$ 998,00).

Se pensarmos numa família de quatro pessoas, dois adultos e duas crianças este valor chega a R\$ 1.419,00. Isto significa que a aposentadoria desse trabalhador não vai dar para pagar, sequer, a alimentação mínima



necessária para ele, sua mulher e seus dois filhos, ou ainda, netos, já que é muito comum nas famílias brasileiras o aposentado ser o provedor da casa, em função das altas taxas de desemprego que o país vem enfrentando.

Da Amazônia ao óleo: os ataques infundados do governo contra ONGs

Jair Bolsonaro enfrenta sua segunda crise ambiental em apenas dez meses de governo. Depois das queimadas na Amazônia, o presidente lida com um vazamento de óleo que já atingiu 2.100 km de faixa litorânea dos nove estados do Nordeste. É o maior desastre na história do país em extensão, segundo o Ministério Público Federal. Assim como no primeiro episódio, Bolsonaro culpou sem provas ONGs pelas manchas nas praias nordestinas.

No dia 24/10, Bolsonaro afirmou que o vazamento era um "ato terrorista". No mesmo dia, o ministro do meio ambiente Ricardo Salles havia publicado um comentário afirmando ser uma coincidência que o navio do Greenpeace tivesse navegado no litoral brasileiro "bem na época do derramamento de óleo venezuelano".

Entidades ambientalistas acusam o governo de inação. A ONG SOS Mata Atlântica classificou a fala do



ministro Ricardo Salles como lamentável e disse que, em vez de "liderar a operação, buscar a origem, punir os verdadeiros culpados e evitar futuros danos, bem como informar e alertar a população, o ministro perde tempo com acusações infundadas".